

# BANCO CENTRAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## DISCURSO ANUAL DO GOVERNADOR

Caras e caros cidadãos de São Tomé e Príncipe,  
Senhoras e Senhores,

Permitam-me, antes de mais, dirigir uma saudação respeitosa a todos os cidadãos são-tomenses, aos agentes económicos, aos operadores do sistema financeiro e aos nossos parceiros institucionais, nacionais e internacionais.

Assumo hoje esta comunicação num momento particularmente exigente para o nosso país e para a nossa economia. Faço-o com um elevado sentido de responsabilidade institucional e com plena consciência da missão que a Lei confere ao Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Caras e caros são-tomenses,

Assumindo com verdade, realismo e responsabilidade o momento económico que vivemos, devo relembrar que entre 2022 e 2025, a economia nacional enfrentou choques de natureza excepcional, num contexto internacional marcado por elevada instabilidade geopolítica, crises energéticas, pressões inflacionistas globais e condições financeiras externas mais restritivas.

Sendo São Tomé e Príncipe uma economia pequena, aberta e estruturalmente vulnerável a choques externos, os impactos destes fenómenos fizeram-se sentir de forma particularmente intensa, tanto sobre os preços internos como sobre as reservas externas e o equilíbrio macroeconómico.

Dois factores merecem destaque especial.

Em primeiro lugar, a suspensão do crédito carburante por parte do principal fornecedor desse bem essencial ao país, com efeitos directos sobre os custos de produção, os preços internos e a balança externa.

Em segundo lugar, os custos económicos associados à emigração, que têm afectado a disponibilidade de factores de produção internos e exercido pressão adicional sobre o nível geral de preços, contribuindo para a persistência da inflação.

Neste contexto, o crescimento económico manteve-se modesto. Para 2025, estima-se um crescimento real do PIB de 2,1%, superior ao registado em 2024, mas ainda aquém das expectativas formuladas no início do ano 2025. Trata-se de uma recuperação real, mas frágil, ainda insuficientemente consolidada.

...

É neste quadro que importa sublinhar a importância estratégica do programa económico apoiado pelo Fundo Monetário Internacional, no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado.

O desfecho positivo da segunda avaliação do programa em Dezembro passado, constitui um elemento fundamental de confiança, não apenas para a estabilidade macroeconómica interna, mas também para a

credibilidade externa do país e para a mobilização do apoio de outros parceiros de desenvolvimento.

Este programa tem sido um instrumento essencial para apoiar o processo de ajustamento macroeconómico, promover reformas estruturais, reforçar a disciplina das políticas públicas e preservar a âncora de estabilidade do nosso sistema monetário e financeiro e a confiança junto aos parceiros.

...

Nos termos do Artigo 5.º da sua Lei Orgânica, o principal objectivo do Banco Central é alcançar e manter a estabilidade do poder de compra da moeda nacional no mercado interno.

Embora a política monetária tenha sido orientada por uma postura restritiva, compatível com o objectivo primordial de preservar a estabilidade da moeda e a confiança dos agentes económicos, a inflacção permanece elevada e persistente. Para 2025, estima-se que se situe em torno de 12,2%.

Este nível de inflacção impõe ao Banco Central uma actuação firme, prudente e responsável. Por isso, quero ser absolutamente claro: enquanto a inflacção não estiver firmemente controlada, o Banco Central manterá uma orientação prudente e restritiva da política monetária, mesmo quando tal exija decisões difíceis.

A nossa ambição estratégica mantém-se inalterada: alcançar, no médio prazo, uma inflacção próxima de 5%, convergente com a inflacção da área do Euro. Essa convergência nominal não é automática nem garantida, pois ela exige disciplina macroeconómica, coordenação eficaz entre políticas monetária e fiscal e a intensificação de reformas estruturais, em

particular no sector alimentar doméstico, de modo a reduzir a volatilidade da oferta interna.

...

Do lado fiscal, importa reconhecer progressos relevantes. Em 2024, registou-se, pela primeira vez em várias décadas, um saldo primário nulo, projectando-se para 2025 um superavit primário de cerca de 0,5% do PIB. Esta trajetória tem contribuído para a redução gradual do rácio da dívida externa.

Persistem, contudo, pressões significativas associadas ao serviço da dívida, num contexto de baixo nível de arrecadação de recursos em moeda estrangeira e do término de períodos de graça de compromissos financeiros internacionais assumidos no passado.

Neste domínio, o reforço da coordenação entre a política monetária e a política fiscal é essencial para encurtar o ciclo de ajustamento em curso e criar condições para uma trajetória de inflação compatível com a estabilidade macroeconómica.

...

Apesar dos constrangimentos, registam-se desenvolvimentos positivos que importa sublinhar.

O sector exportador tem contribuído de forma expressiva para o crescimento económico. Beneficiando de factores conjunturais favoráveis, as exportações de cacau atingiram níveis mais elevados das últimas décadas.

O sector do turismo, com amplo potencial de expansão, já apresenta uma trajetória de crescimento sustentada. A recente nomeação de São Tomé e Príncipe como Reserva da Biosfera constitui um activo estratégico que,

se devidamente aproveitado, poderá funcionar como catalisador de um turismo mais sustentável e de maior valor acrescentado.

As remessas dos emigrantes continuam a desempenhar um papel relevante no apoio ao consumo interno. Para o Banco Central, este fenómeno exige atenção particular, no sentido de assegurar que esses fluxos sejam canalizados por vias formais, seguras e transparentes, reforçando simultaneamente a estabilidade cambial e a inclusão financeira.

...

O Banco Central tem vindo a implementar medidas destinadas a restaurar o normal funcionamento do mercado cambial, num quadro de prudência e previsibilidade. O ano de 2026 será um ano de consolidação dessas iniciativas.

Estas medidas estão igualmente orientadas para enfrentar um desafio estrutural relevante: o reduzido nível de inclusão financeira, fortemente associado à elevada informalidade económica, onde se situam mais de 80% das micro e pequenas empresas.

A promoção da inclusão financeira não é apenas um objectivo social, mas sim um instrumento central de estabilidade monetária, de alargamento da base fiscal e de reforço da resiliência económica.

...

No que se refere ao sistema financeiro nacional, importa referir que este manteve-se globalmente estável.

Os dados do terceiro trimestre de 2025 evidenciam rácios de liquidez superiores a 70%, um rácio de solvabilidade em torno de 35%, capitais próprios adequados e rendibilidade positiva. Quero, por isso, afirmar, com

clareza, que os depósitos dos cidadãos se encontram seguros e o sistema financeiro permanece resiliente.

Persistem, contudo, riscos associados à elevada exposição do sector bancário ao Estado e limitações à intermediação financeira, reflectidas num rácio de transformação inferior a 34%.

O Banco Central continuará a reforçar medidas destinadas a mitigar o risco soberano, prevenir o incumprimento de crédito, modernizar os sistemas de pagamento, promover a inclusão financeira e desenvolver soluções financeiras sensíveis aos riscos climáticos.

Importa, todavia, sublinhar que a economia é também profundamente influenciada pelas escolhas e pelos comportamentos de todos os agentes económicos. As decisões que tomamos - enquanto Estado, empresas, sistema financeiro e famílias - reflectem-se directamente nos resultados que observamos em termos de crescimento económico, criação de emprego, inflação, equilíbrio externo e nível de reservas internacionais. Políticas económicas bem desenhadas produzem melhores resultados quando são acompanhadas por comportamentos responsáveis, previsíveis e alinhados com os objectivos de estabilidade e desenvolvimento.

A disciplina orçamental, a confiança na moeda nacional, o investimento produtivo, a poupança, a formalização da actividade económica e a moderação de expectativas inflacionistas são escolhas colectivas que reforçam a eficácia das políticas públicas e contribuem para um crescimento mais sustentável e inclusivo. Pelo contrário, decisões de curto prazo, comportamentos especulativos ou a desancoragem das expectativas tendem a amplificar desequilíbrios, prolongar ajustamentos e aumentar os custos económicos e sociais. Num país pequeno e aberto como o nosso, estas dinâmicas assumem uma relevância ainda maior,

exigindo um esforço partilhado de responsabilidade económica em prol do bem-estar das pessoas e da estabilidade macroeconómica.

Em termos prospectivos, importa referir que, em articulação com as políticas governamentais, estima-se um crescimento do PIB real de cerca de 3,9% em 2026 e 2027, contrastando com a média registada nos últimos anos. No médio prazo, perspectiva-se um crescimento médio anual em torno de 3,0%.

Estas projecções permanecem sujeitas a riscos relevantes, nomeadamente choques geopolíticos com impacto nos preços globais, limitações estruturais nos domínios da energia e das infraestruturas, riscos climáticos crescentes e riscos fiscais num contexto de rigor orçamental e ciclo eleitoral.

A identificação clara destes riscos exige dos decisores de política acções preventivas de mitigação, sem comprometer a trajectória de estabilização macroeconómica e as subsequentes avaliações no âmbito do programa ao abrigo da facilidade de Crédito Alargado com o Fundo Monetário Internacional.

Caras e Caros São-tomenses,

Reafirmo, em nome da equipa que lidero, o compromisso inequívoco do Banco Central de São Tomé e Príncipe com a sua tríade fundamental de actuação: estabilidade monetária, estabilidade financeira e eficiência operacional.

A nossa actuação continuará a pautar-se por previsibilidade, rigor técnico, transparência institucional e respeito absoluto pela independência do Banco Central.

...

Apesar dos desafios que enfrentamos serem reais e exigentes, concluo com uma mensagem de confiança:

São Tomé e Príncipe dispõe de instituições, de parceiros e de recursos humanos capazes de construir um caminho de estabilidade, resiliência e desenvolvimento sustentável. Aproveito, por isso, o ensejo para endereçar uma palavra de especial apreço aos quadros e colaboradores do Banco Central que, apesar do contexto de incerteza e fragilidade que marcou a instituição ao longo de todo o ano 2025, se mantiveram resilientes na salvaguarda da missão, imagem, credibilidade e reputação do Banco Central. Nesse contexto, não posso também deixar de apelar ao sentido de responsabilidade dos actores políticos, para, num clima de diálogo construtivo, concluírem o processo de composição da equipa de governança do Banco Central, com a nomeação, o mais depressa possível, dos membros não executivos do Conselho de Administração, sem os quais a instituição estará impossibilitada de cumprir plenamente a sua missão, com todas as consequências que daí advêm.

Em meu nome e em nome da Família do Banco Central de São Tomé e Príncipe, apresento aos operadores financeiros, aos agentes económicos e ao Povo são-tomense os votos de um ano de 2026 marcado pela estabilidade, pela prosperidade e pelo bem-estar económico e social.

Muito obrigado.